

ORGULHO DE SER TRAVESTI: A RESSIGNIFICAÇÃO DA IDENTIDADE SOCIAL TRAVESTI COMO ESTRATÉGIA DE RESISTÊNCIA

PROUD OF BEING A TRANSVESTI: THE RESIGNIFICATION OF THE TRANSVESTI SOCIAL IDENTITY AS A RESISTANCE STRATEGY

ORGULLO DE SER TRAVESTI: RESIGNIFICACIÓN DE LA IDENTIDAD SOCIAL TRAVESTI COMO ESTRATEGIA DE RESISTENCIA

Kalynka Oliveira Feliciano¹

Resumo

O presente artigo tem como objetivo refletir acerca da construção da identidade travesti, sobre a forma como os processos coloniais afetaram essa identidade e difundiram, nas práticas diárias, atos de violência, que fizeram com que esses corpos, ainda hoje, sejam criminalizados, violentados, marginalizados. Pretende discorrer sobre a importância da formação do Movimento de Travestis e Mulheres Transexuais através de uma ação coletiva em busca de uma transformação da realidade, dando início a um processo de resignificação desta identidade. A metodologia deste estudo consiste em uma pesquisa bibliográfica de natureza exploratória. Conclui-se que a construção da identidade social travesti acontece em um contexto latino-americano permeado pela opressão em torno da raça, gênero, classe social, localização geográfica e que fomenta no imaginário social a ideia de que esses corpos são abjetos e merecem ser marginalizados. O contexto social, os anos de ausência de cidadania, de perseguições e violências, que se intensificaram no período do regime autoritário militar, fizeram com que as travestis se organizassem coletivamente, visando a construção de um projeto político dotado de estratégias de resistência, para lutar por cidadania, políticas públicas, efetivação dos direitos sociais, políticas afirmativas contra as opressões e fortalecer o processo de resignificação dessa identidade.

Palavras-chave: travestis; travestifobia; resistência; resignificação.

Abstract

This article aims to reflect about transvestite's identity construction, i.e., it intends to know how the colonial processes affected this identity and spread, in daily practices, acts of violence that caused these bodies, even today, are criminalized, violated, marginalized. Also, the importance Transvestite and Transsexual Women's Movement formation through collective action in search of a transformation of reality are discussed, initiating a re-signification process of this identity. The methodology of this study consists of bibliographical research of an exploratory nature. It is concluded that the construction of the transvestite social identity takes place in a Latin American context permeated by oppression around race, gender, social class, geographic location and that fosters in the social imaginary the idea that these bodies are abject and deserve to be marginalized. The social context, the years of absence of citizenship, persecution and violence, which intensified during the military authoritarian regime, made transvestites organize collectively, aiming to build a political project with strategies of resistance, to fight for citizenship, public policies, enforcement of social rights, affirmative policies against oppression and strengthen the process of re-signification of this identity.

Keywords: transvestites; transvestiphobia; resistance; resignification.

Resumen

Este artículo tiene como objetivo reflexionar sobre la construcción de la identidad travesti, sobre cómo los procesos coloniales afectaron esa identidad y diseminaron, en las prácticas cotidianas, actos de violencia, que hicieron que estos cuerpos, aún hoy, sean criminalizados, violados, marginados. Pretende discutir la importancia

¹ Graduanda do Curso de Bacharelado em Serviço Social – UNINTER. E-mail: kalynka.oliver@hotmail.com

de la formación del Movimiento de Mujeres Travestis y Transexuales a través de una acción colectiva en busca de una transformación de la realidad, iniciando un proceso de resignificación de esa identidad. La metodología de este estudio se apoya en una investigación bibliográfica de carácter exploratorio. Se concluye que la construcción de la identidad social travesti se da en un contexto latinoamericano permeado por la opresión en torno a raza, género, clase social, ubicación geográfica y que fomenta en el imaginario social la idea de que estos cuerpos son abyectos y merecen ser marginados. El contexto social, los años de ausencia de ciudadanía, persecución y violencia, que se intensificaron durante el período del régimen militar autoritario, hicieron que las travestis se organizaran colectivamente, con el objetivo de construir un proyecto político dotado de estrategias de resistencia, para luchar por la ciudadanía, las políticas públicas, la concreción de los derechos sociales, políticas afirmativas contra la opresión y fortalecer el proceso de replanteamiento de esta identidad.

Palabras-clave: travestis; travestifobia; resistencia; resignificación.

1 Introdução

A história da população travesti no Brasil está atrelada à própria história da colonização portuguesa no país, que se efetivou de maneira violenta a partir da exploração, povoamento, extermínio e conquista dos povos indígenas (originários) de nossas terras. Oyèwùmí (2004) chama atenção para uma série de processos históricos que marcaram estes últimos cinco séculos, como a escravização e a colonização europeia de África, Ásia e América, que produziu inúmeras transformações sociais e culturais. “Significativamente, gênero e categorias raciais surgiram durante essa época como dois eixos fundamentais ao longo dos quais as pessoas foram exploradas, e sociedades, estratificadas” (OYÈWÙMÍ, 2004, p. 1).

Com a colonialidade, o Brasil passou a assumir as concepções eurocêntricas, pois tudo o que vinha da Europa era considerado superior, inclusive a ideia de nação; a expressão “Ordem e Progresso” na bandeira nacional inspira-se na corrente filosófica e política do positivismo de Auguste Comte, cujo lema é “O amor por princípio e a Ordem por base; o Progresso por fim”.

Esses conceitos tiveram grande impacto em corpos dissidentes, que acabaram sendo desumanizados, pois fugiam do padrão europeu, cisgênero (JESUS, 2012, p. 25) e heterossexual, considerados como únicos, com a consequente subalternização da travestilidade e demais existências. A herança colonial se fez presente já no século XVI, onde Xica Manicongo — considerada a primeira travesti não indígena do Brasil, trazida como sujeito escravizado da Angola para o território que hoje conhecemos como Salvador —, fosse denunciada ante os tribunais do Santo Ofício, em 1591, acusada do crime de sodomia e considerada culpada. As pessoas julgadas como culpadas deveriam ser queimadas vivas, em um auto de fé (ato de pedir perdão) em praça pública, tendo seus bens confiscados pela Igreja Católica e a infâmia lançada aos seus descendentes até a terceira geração. Xica, para continuar viva, se rendeu às normas cis-brancas vigentes, desistindo de ser quem era, de usar roupas

femininas, passando a usar as vestimentas tradicionais destinadas aos homens da época, assim como o seu comportamento (JESUS, 2019).

Mesmo hoje muitas travestis vivem camufladas, presas na cisgeneridade, por medo de serem vítimas das violências transfóbicas que os corpos trans passam a sofrer a partir do momento em que se identificam, vivendo uma vida de sofrimento, de autonegação.

A travestifobia/transfobia (JESUS, 2012, p. 29) não é de hoje. Chegou de caravela, transformando o Brasil no país em que mais se matam pessoas que rompem com padrões normativos cis-hetero-branco, onde mulheres transexuais e travestis vivem em extrema exclusão social, enfrentando barreiras no acesso a direitos básicos como educação, saúde, segurança, moradia, trabalho formal.

A Associação Nacional de Travestis e Transexuais – ANTRA (2023), divulgou um dossiê sobre as mortes de travestis e transexuais em 2022. No país, houve pelo menos 131 assassinatos de pessoas trans, sendo 130 travestis e mulheres transexuais e 1 homem trans/pessoa, transmasculina. Nos últimos cinco anos, ocorreu uma média de 152 assassinatos, número que pode ser muito maior por conta das subnotificações, pois, em muitos lugares do país, mesmo em sua morte, as pessoas trans não são respeitadas, sendo identificadas como homem ou mulher, em função dos genitais.

De acordo com Passos (2022, p. 70), “os discursos que posicionam historicamente as travestis em um lugar de sub-humanidade são complexos”. Foram utilizados inclusive pelo Movimento Homossexual Brasileiro, durante o processo de reconstrução democrática, contribuindo para que as travestis fossem deixadas fora das linhas que limitam às sujeitas tangíveis, o lugar de cidadãs, em um processo de construção simbólica higienista (PASSOS, 2022).

Para Odara (2020, p. 65) “todo esse processo de violência e exclusão social fez com que travestis iniciassem a organização de luta coletiva e a criação de estratégias de resistências”, em um processo de organização política.

Destarte, o objetivo deste artigo é refletir acerca da construção da identidade travesti e de como “os processos coloniais, nos afetaram e incutiram em nossas práticas diárias atos de violência — coloniais — que desumanizam, inclusive, nossos iguais” (PASSOS, 2018, n. p.), fazendo com que nossos corpos sejam criminalizados, violentados, marginalizados e, em muitos casos, assassinados. Pretende, igualmente, discorrer sobre a importância da formação do Movimento de Travestis e Mulheres Transexuais, de uma ação coletiva em busca de uma transformação da realidade, dando início a uma fase de luta e de ressignificação de identidade.

A metodologia utilizada consiste em uma pesquisa bibliográfica de natureza exploratória. Segundo Lakatos e Marconi (2003, p. 183), a pesquisa bibliográfica “abrange toda bibliografia já tornada pública em relação ao tema estudado, desde publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros, pesquisas, monografias, teses, materiais cartográficos, etc.”. Em relação à natureza exploratória, Gil (2002, p. 41) sinaliza que este modo de realizar pesquisa “tem como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a constituir hipóteses”.

O presente artigo foi organizado em três partes: na primeira apresenta-se um breve histórico do conceito de gênero, para além da binaridade que reforça a cis-heterossexualidade como norma de existência; na segunda, o artigo aborda a construção da identidade travesti, uma realidade latino-americana; na sequência, no terceiro tópico, discorre sobre a formação do Movimento de Travestis e Transexuais no Brasil, que se estabeleceu em 15 de maio de 1992, mas teve início na década de 1970, com ações organizadas pelas trabalhadoras sexuais, frente às perseguições do regime autoritário militar; esse fato permitiu que as travestis se organizassem politicamente, de maneira resistente, em busca de autonomia e ressignificação de sua identidade.

2 Gênero e identidade: Para além da binaridade que reforça a cis-heterossexualidade como norma de existência

Para Stellmann (2007) o termo gênero vem do latim “*genus*”, que significa nascimento, família, tipo, e também faz referência ao sexo. A partir do século XV, esta associação passou a ser mais utilizada, isto é, gênero passa a ser sinônimo do sexo biológico dos indivíduos. Essa lógica ocidental tradicional funciona como uma divisão binária. Segundo Oyèwùmí (2004), a binaridade de gênero reforça o padrão cis-hetero e opera em uma dualidade oposta entre masculino e feminino, homem e mulher, macho e fêmea, na qual o masculino exerce o domínio sobre o feminino.

Sob essa perspectiva, o ser humano nasce com determinadas características biológicas, que classificam o indivíduo em sexo masculino ou feminino, tomando como base a genitália, cromossomos e hormônios. Este controle sobre os corpos é fundamental para a manutenção do imaginário social, no qual se precariza a realidade e elimina a dignidade dos corpos dissidentes de gênero.

Porém, nem sempre foi assim. A primeira travesti negra, doutora em educação no Brasil, Megg Rayara Gomes de Oliveira, em seu livro *Nem ao centro nem à margem: corpos que escapam às normas de raça e gênero* (2020), constrói um importante arcabouço teórico

sobre outras maneiras de se relacionar com o gênero, para além das categorias mulher e homem, feminino e masculino, atreladas ao sexo biológico e papéis sociais, utilizando como referência pesquisadores como Peter Jones (2007), Viviane Bagiotto Botton (2017), Oyèrónké Oyèwùmí (2004), autores que identificaram, em outras civilizações, a presença de pessoas do sexo masculino expressando identidades de gênero femininas. No México, as *Muxes*²; no Brasil, as *Cudinas*³; na Índia, as *Hijras*⁴, conhecidas há aproximadamente cinco mil anos; entre os *Ngadju Dyak*, povo que vive nas densas selvas do sul de *Bornéu*, são encontrados sacerdotes xamãs sem sexo, que se vestem e se comportam como mulheres, situação semelhante vivenciada no continente americano pelos povos Asteca, *Chimu*, *Lacke*, *Lubaca*, *Manta*, *Maia*, *Mbaya*, *Moche*, Tupinambá, entre tantas outras culturas.

Oyèwùmí (2004), em suas pesquisas sobre gênero no continente africano, também utiliza os estudos de outras intelectuais africanas, Ifi Amadiume (1987), Edna Bay (1998), Tsitsi Dangarembga (1989), com o intuito de mostrar a existência de outros modelos de família e de outras maneiras de se relacionar com o gênero, além do binarismo. Na sociedade *Igbo*, a antropóloga Amadiume (1987 apud OYÈWÙMÍ, 2004, p. 8) “escreve sobre filhas do sexo masculino, maridos fêmeas, e a instituição do casamento de mulheres”. A historiadora Edna Bay (1998, p. 20 apud OYÈWÙMÍ, 2004, p. 9) ao descrever o reino de *Dahomey* afirma:

O rei também se casava com homens. Artesãos proeminentes e líderes talentosos de áreas recém conquistadas eram integrados aos Dahomey através de laços com base no idioma do casamento. Junto a eunucos e mulheres do palácio, tais homens eram chamados de ahoši. Ahoši do sexo masculino traziam famílias consigo ou ganhavam mulheres e escravos para estabelecer uma linhagem.

No romance *Nervous Conditions*, Tsitsi Dangarembga (1989 apud OYÈWÙMÍ, 2004) escreve sobre uma personagem chamada Tia Tete em um contexto da sociedade *Shona*, na qual Tete é uma mulher e tem o privilégio do “*status* patriarcal”, que a isenta do trabalho de mulher. Neste cenário, surge então a questão de como a categoria “mulher” é constituída na sociedade *Shona*. Quem é a mulher que faz o trabalho das mulheres?

² *Muxes* – De origem zapoteca ou outras etnias, consideradas como um gênero particular, conseguiram resistir à presença do invasor europeu e preservaram boa parte de sua cultura ancestral. Para reivindicar essa identidade é necessário ter pênis ao nascer e, em algum momento de sua vida, ter assumido publicamente pelo menos um dos papéis atribuídos às mulheres (BOTTON, 2017 apud OLIVEIRA, 2020).

³ *Cudinas* – Recebiam o mesmo tratamento e exerciam as mesmas atividades que as mulheres cisgêneras, “vestem-se e se enfeitam como mulheres, falam como elas, fazem só os mesmos trabalhos que elas fazem, urinam agachados, têm marido que zelam muito e uma vez cada mês, afetam o ridículo fingimento de se suporem menstruadas” (OLIVEIRA, 2020).

⁴ *Hijras* – Antes do contato com a cultura ocidental, eram consideradas sagradas e desfrutavam de certa tranquilidade para expressarem sua identidade publicamente (OLIVEIRA, 2020).

A partir destas reflexões, Oyèwùmí (2004) constata que, com o avanço do estabelecimento de uma hegemonia cultural euro-americana em todo o mundo, a produção de saberes, normas, assim como de interesses, preocupações, preconceitos, categorias sociais de euro-americanos têm dominado a escrita da história humana; um dos “efeitos desse eurocentrismo é a racialização do conhecimento: a Europa é representada como fonte de conhecimento, e os europeus, como conhecedores” (OYÈWÙMÍ, 2004, p. 1), rejeitando e criminalizando outras possibilidades de existências e epistemologias. Mas, elas existem!

A crença de que os órgãos genitais definem se uma pessoa é homem ou mulher, faz parte da sociedade em que vivemos, “porém, a construção da nossa identificação como homens ou como mulheres não é um fato biológico, é social. Sexo é biológico, gênero é social, construído pelas diferentes culturas” (JESUS, 2012, p. 8).

Para Jesus (2012), biologicamente, o que determina o sexo é o tamanho de suas células reprodutivas, porém, essa determinação não define o comportamento masculino e feminino das pessoas, que varia de cultura para cultura: “mulheres de países nórdicos têm características que, para nossa cultura, são tidas como masculinas, ser masculino no Brasil é diferente do que é ser masculino no Japão ou mesmo na Argentina” (JESUS, 2012, p. 8).

Sendo assim, a definição do que é ser homem ou mulher está na autoidentificação e na forma como nos expressamos socialmente, na adoção ou não de determinados modelos e papéis de gênero. Ou seja, identidade de gênero refere-se ao gênero com que a pessoa se autoidentifica. Uma pessoa cisgênero é aquela que se identifica com o gênero que lhe foi imposto no nascimento; uma pessoa transgênero (JESUS, 2012, p. 25) faz parte de um grupo diversificado de pessoas que não se identificam, em graus diferentes, com comportamentos e/ou papéis esperados do gênero que lhes foi determinado quando de seu nascimento: travestis, transexuais e pessoas não binárias⁵ (JESUS, 2012).

Pessoas que fogem dessa norma binária de gênero são categorizadas pela medicina ocidental como doentes, que possuem desvios patológicos mentais. A homossexualidade foi incluída na Classificação Internacional de Doenças (CID) em 1948, como sendo uma patologia, “outros transtornos mentais devidos à lesão e disfunção cerebral e à doença física” (CID-6). Na segunda metade do século XX, a comunidade científica muda a sua percepção sobre o assunto, mas foi apenas em 1990 que a Organização Mundial de Saúde (OMS) retirou a homossexualidade da CID-10. Por ser considerada uma doença, a homossexualidade era

⁵ Gêneros não binários – “Transgridem à imposição social dada no nascimento, ultrapassam os limites dos polos e se fixam ou fluem em diversos pontos da linha que os liga, ou mesmo se distanciam da mesma. Ou seja, indivíduos que não serão exclusiva e totalmente mulher ou exclusiva e totalmente homem, mas que irão permear em diferentes formas de neutralidade, ambiguidade, multiplicidade, parcialidade, ageneridade, outrogeneridade, fluidez em suas identificações”. Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/reflex/article/view/7045> Acesso em: 06 mar. 2023.

chamada de “homossexualismo” com o sufixo “ismo” remetendo a doença. Já a transexualidade, também nominada de transexualismo, foi patologizada em 1975, fazendo parte do CID-9 pois era considerada um “desvio sexual”; foi redefinida em 1990 como “Transtorno de identidade de gênero”. Somente em 2019 a transexualidade deixou de ser considerada um transtorno mental, passando a ser classificada como “incongruência de gênero”⁶. Mas, os efeitos desta patologização, segundo Bagagli (2016, p. 98):

Cria uma disjunção em relação ao binário “travesti ou transexual”. Ela funciona a partir da disjunção exclusiva — só se pode “ser” transexual não “sendo” travesti, ou seja, através de uma lógica binária que enfraquece as possibilidades múltiplas de existências transgêneras. [...] essa disjunção exclusiva é efeito da perspectiva patológica, que encaixa — diagnóstica — identidades a partir de uma lógica binária (e cis-centrada). Não admite, pois, o devir travesti e transexual para além de uma narrativa pré-determinada da patologia.

Essa disjunção também cria um processo de estigmatização, marginalização da identidade travesti, frente à identidade transexual. Basta fazer uma procura nos sites, nas matérias de jornais impressos, rádio, tv, notícias relacionadas a travestis e mulheres transexuais. A identidade travesti está sempre associada a violência, criminalidade, prostituição, enquanto a mulher transexual está associada a conquistas e possibilidades; são modelos, atrizes, cantoras, empresárias etc. É preciso ressignificar!

3 A construção da identidade social travesti: uma realidade latino-americana

Qual a diferença entre travesti e transexual? Esta é uma questão que permeia a vida de toda mulher transexual e travesti, na qual os interlocutores esperam como resposta o reforço do senso comum — as travestis são homens que se vestem de mulher e as mulheres transexuais são mulheres que nasceram no corpo errado, presas em corpo de homem — mas não será essa a resposta que você irá ler aqui. Dito isso, antes de responder esta pergunta, é necessário compreender o contexto no qual os termos foram criados.

Segundo Leite (apud OLIVEIRA, 2017) e Jesus (2018), o termo travesti “*transvestite*” foi utilizado pela primeira vez no começo do século XX, pelo médico e psicólogo alemão Magnus Hirshfeld, responsável pelo primeiro estudo completo a respeito de pessoas que se vestiam como alguém do gênero oposto por motivos sexuais. Consolidou o “travestismo”

⁶ A incongruência de gênero pode ser descrita como um sentimento de angústia vivenciado quando a identidade de uma pessoa entra em conflito com o gênero que lhe foi atribuído no nascimento. Disponível em: [Caderno Humanidades em Perspectivas, Curitiba, v. 7, n. 16, p. 120-137, 2023](https://brasil.un.org/pt-br/83343-oms-retira-transexualidade-da-lista-de-doen%C3%A7as-mentais#:~:text=A%20Organiza%C3%A7%C3%A3o%20Mundial%20da%20Sa%C3%BAde,lhes%20foi%20atribu%C3%A4do%20no%20nascimento. Acesso em: 10 mar. 2023.</p></div><div data-bbox=)

como categoria clínica, caracterizando o comportamento referente a uma pessoa travestida com roupas do sexo oposto por motivações de cunho sexual.

Oliveira (2017) descreve que Hirshfeld caracteriza a condição do travestismo como uma manifestação independente da orientação sexual do indivíduo, podendo ser adeptos pessoas heterossexuais, homossexuais ou bissexuais. Oliveira (2017, p. 2) também aponta que “do travestismo como prática à identidade travesti propriamente dita, há uma construção complexa que apenas pode ser compreendida por meio de intersecções com a classe socioeconômica e com o contexto cultural”. A interseccionalidade nos permite compreender melhor as desigualdades e a sobreposição de opressões e discriminações existentes em nossa sociedade.

A identidade social travesti, segundo Marx (2016), é entendida em um contexto sociocultural latino-americano, ainda que sua nomenclatura venha da confusão da tradução do francês “*travestite*”. De acordo com Jesus (2018), a comunidade latina, a partir da junção do “trans” — do latim “além de” — ao “*vestire*”, criou o “*transvestire*”, atribuído a quem exagerava na roupa que usava. Os italianos popularizaram o termo atribuindo um sentido adicional, o do disfarce, como em “*Lui è travestito*” (Ele está disfarçado). Logo, a palavra “*travestito*” foi incorporada pelos franceses, que relacionaram o disfarce a um comportamento falso, ridículo, de homem que se veste de mulher. O termo pode ter surgido através de uma confusão em sua tradução, mas, a travesti é uma identidade de gênero feminina latino-americana, que não se traduz.

O imaginário cultural latino-americano mantém as travestis, segundo Oliveira (2017, p. 3), “dentro do signo da perversidade, do exótico, do abjeto que seduz e ao mesmo tempo provoca asco, por não se conformar à perspectiva médica que visa a uma higienização desses indivíduos”.

Em relação ao termo transexual, sua utilização é mais recente; surge na década de 1950, através de publicações acerca do “fenômeno transexual”, que procuravam defini-lo e legitimá-lo como categoria médico-psicológica, retomando uma categoria proposta pelo próprio Hirshfeld, a do “transexual psíquico”. Os estudos serviram para determinar uma separação entre travesti, transexual e homossexual, algo que até então não estava nítido (OLIVEIRA, 2017).

O sexólogo alemão Harry Benjamin utilizou o termo transexual em 1966, criando procedimentos clínicos para identificação e atendimento a pessoas transexuais, incluídas no denominado “travestismo fetichista”, entendido na época por psicanalistas como uma

patologia, já que o gênero considerado normal seria de acordo com o sexo biológico (JESUS, 2018).

No Brasil, segundo Jesus (2018, n. p.), o conceito de transexual foi inicialmente usado por meio do:

Martírio impingido ao médico Roberto Farina, primeiro cirurgião a fazer uma cirurgia de redesignação genital no Brasil, em 1971, em Waldirene Nogueira. Em 1978, Farina foi processado pelo Conselho Federal de Medicina – CFM – sob a acusação de lesões corporais graves. Foi condenado em primeira instância e somente absolvido em uma instância superior porque uma junta médica do Hospital das Clínicas de São Paulo, onde ocorrera o procedimento, havia dado um parecer favorável à intervenção, fazendo uso do conceito de Benjamim quanto ao procedimento como solução terapêutica.

Como já exposto no tópico acima, corpos que escapam às normas de gênero eurocêntricas estão presentes nas diversas civilizações. Antes do contato com a cultura ocidental, muitos deles eram considerados sagrados; a partir desta ótica colonial, eles passaram a ser identificados, categorizados, estereotipados, fetichizados, marginalizados, criminalizados, patologizados, para que se enquadrassem dentro de um binarismo de gênero, que reforça a cisgeneridade-heterossexualidade-branquitude, como norma de humanidade.

A medicina passa a estabelecer classificações específicas para corpos que, além das práticas sexuais, “exibiam comportamentos como a efeminação, a adoção de vestes associadas ao gênero oposto ou que mesmo demonstravam um desejo de pertencer inteiramente ao outro gênero” (OLIVEIRA, 2017, p. 5), levando à criação de categorias como travesti e transexual.

Neste contexto, a identidade travesti no Brasil passa a ter imagem associada a sexualidade excessiva, promiscuidade, vulgaridade, prostituição, marginalidade, criminalidade, falsidade, enganação, fetichismo, doenças, uma aberração. Enquanto à identidade transexual nomeada como “verdadeira”, ela passa por critérios que visam legitimá-la aos olhos da medicina, criando uma hierarquização das aparências e expressões que, segundo Oliveira (2017, p. 8):

Faz com que sejam estabelecidos “níveis” de transexualidade e de “passabilidade” entre os indivíduos. Nesse sentido, a mulher transexual capaz de se passar por uma mulher cisgênero representa um paradigma que a medicina, a psicologia e a sociedade como um todo compartilham, estando dentro das expectativas para a aceitação do sujeito *trans*. Soma-se a essa hierarquização a adoção de uma estética que indique pertencimento a determinadas classes econômicas, no caso daquelas que se vestem de maneira mais clássica ou mais discreta.

Importante destacar que “o controle, perseguições, exclusões, violências físicas e simbólicas que marcam a existência de travestis e mulheres transexuais negras, africanas e

brasileiras” (OLIVEIRA, 2020, p. 170), assim como a patologização, não começaram no século XX com a criação das duas terminologias que separam as identidades através da marginalização e higienização desses corpos, mas está presente desde o final do século XVI, fruto de um processo histórico de colonização, que desde sempre determinou quem deveria viver ou morrer. Hoje, esta violência só está sendo nomeada.

A intenção de separar e conseqüentemente marginalizar as travestis frente às transexuais têm “a visível pretensão política de universalizar/homogeneizar as experiências em torno das identidades trans, como se coubesse ao Brasil se adequar ao que os movimentos do Norte deliberam” (PASSOS, 2022, p. 71).

As experiências identitárias das travestis no Brasil apontam a existência de traços constitutivos singulares produzidos na realidade vivida por elas. [...] A voz da travesti brasileira é fortemente marcada não só pela localização em que está inserida, mas como também pelas colonialidades que incidem sobre o corpo latino-americano que vocaliza (PASSOS, 2022, p. 72).

Este processo de universalizar/homogeneizar, tornar as identidades transexuais padronizadas, também cria no imaginário das pessoas transfemininas a percepção de que, ao se identificar como mulher transexual, serão mais aceitas, sofrerão menos preconceito. Com isso, se estabelece uma travestifobia internalizada, onde muitas meninas não se identificam como travestis por conta dos anos de perseguição, marginalização, estigma que este termo sofreu. Mas, seja travesti ou mulher transexual, esses corpos continuam sendo apontados, criminalizados, objetificados, negligenciados e assassinados, pois são corpos insurgentes.

Sendo assim, voltando à pergunta que deu início a este tópico: Qual a diferença entre travesti e transexual? A resposta é a autoidentificação! “Estas identidades não são separadas por cirurgias plásticas, aparência, feminilidade, e demais estereótipos construídos pelos pré-conceitos” (MARX, 2016, n. p.), estabelecidos com a colonialidade.

A autoidentificação revela se uma pessoa é travesti ou transexual. O que se torna essencial saber é que ambas as identidades são femininas, mesmo que algumas travestis não se reivindicuem enquanto mulheres, mas apenas como travestis, o tratamento sempre será no feminino. Ao contrário do que o CISTema⁷ estabelece, travesti é uma identidade feminina. Portanto, pare de perguntar qual a diferença entre travesti e transexual, foque naquilo que nos une!

⁷ CISTema – termo utilizado pelas pessoas trans ao se referir ao SISTema que favorece pessoas cisgênero em detrimento das pessoas trans e não-binárias.

4 Travesti é resistência: a construção de um projeto político

“Explorar o processo de luta dos movimentos sociais organizados é apresentar o percurso histórico através dos grandes marcos vivenciados e ocorridos em vários lugares e em diferentes contextos sociais e culturais” (ODARA, 2020, p. 53).

Para abordar a formação do Movimento de Travestis e Mulheres Transexuais no Brasil, é necessário voltar no tempo para contextualizar o seu processo histórico.

As pesquisas que discutem a sociedade brasileira até o século XIX ignoram sistematicamente a existência de travestis e/ou mulheres transexuais. Mesmo quando são identificadas, via de regra, são tratadas como homossexuais masculinos, como acontece com Xica Manicongo, Joane, Yaya Mariquinhas e Rosalina, descritas e tratadas como homens fantasiados de mulher, ainda que reivindicassem um tratamento no gênero feminino (OLIVEIRA, 2020, p. 170).

Os primeiros registros de presença de travestis indígenas e negras no Brasil, são datados do século XVI, entre elas, Xica Manicongo, em 1591, africana do Congo, escravizada e vendida a um sapateiro.

Manicongo era, originalmente, um título para governantes do Reino do Congo (Mwene Kongo, literalmente, Senhor do Congo), que foi transformado na corruptela que conhecemos pelos portugueses, para designar pessoas oriundas da região (ou seria Xica uma rainha?) (JESUS, 2019, p. 252).

Santos (1997) aponta que nos registros de rondas policiais na Bahia, encontram-se referências a prisão de “homens que se vestiam de mulher”, chamando a atenção pelo fato de que, por mais de três décadas — de 1853 a 1885 —, várias prisões foram efetuadas por este “crime”. Nos registros de algumas destas prisões em 1854 e 1865, o gênero atribuído a estas travestis era o masculino, e não tinha nenhuma referência ao seu nome feminino. Uma delas foi presa porque vagava pela cidade vestida de mulher e a outra ao ser localizada dentro das matas vestindo camiseta de algodão e saia de mulher, apresentando diversos ferimentos. Desta forma, “aparece em um boletim de ocorrência policial sob a denominação de “incorrigível” pelo fato de já ter sido punida, pelo mesmo motivo, sem alterar o seu comportamento” (SANTOS, 1997, p. 158).

Por volta de 1870, Yaya Mariquinhas, classificada como vadio por essa mesma polícia, era exemplo da ofensa permanente à moralidade pública por usar trajes de mulher e reivindicar um tratamento no feminino, questionando de maneira escancarada a fixidez dos gêneros, bem como a relação entre sexo biológico e gênero (OLIVEIRA, 2020, p. 168).

Santos (1997) também indicou a presença de travestis e/ou transexuais através de matérias de jornais impresso. “A notícia que nos fornece maiores informações sobre o travestismo no Brasil está numa matéria do Diário do Rio de Janeiro, intitulada “Homem-mulher”, transcrita pelo Jornal da Bahia em 25 de abril de 1875” (SANTOS, 1997, p. 168).

Os jornais que se colocavam a serviço da moral e dos bons costumes, não se intimidavam em publicar nomes, endereços e detalhes do cotidiano dos “afeminados” e “homens-mulheres”, que em suas interpretações, deveriam ser alijadas do convívio da sociedade. [...] as ações da polícia, as denúncias da imprensa e de vizinhos, reiteravam constantemente, que a única possibilidade de existência seria aquela em que o gênero estivesse em conformidade com o sexo biológico (OLIVEIRA, 2020, p. 169).

Oliveira (2020) destaca que este controle policial autorizava a violência física contra travestis; quase sempre as agressões físicas eram públicas, com o intuito de normatizar e normalizar os corpos, arrancando suas roupas femininas. Identifica também dois movimentos distintos operando sobre a mesma pessoa: racismo e transfobia, que atribuía valores considerados inferiores à norma cis-hetero-branca.

No início do século XX, pouca coisa mudou; a existência de travestis começa a ser anunciada em espaços como bares, portos, praças, bordéis em cidades populosas. A vigilância adotada pelos aparelhos do Estado e pela sociedade determinava quais espaços e papéis sociais as travestis e mulheres transexuais deveriam ocupar. Era uma época em que um suposto potencial perigoso e propensão ao crime do homem negro respingava nas travestis (OLIVEIRA, 2020). Segundo Oliveira (2020, p. 176), este estigma:

Deriva das teorias do racismo científico implantadas no Brasil pela Antropologia Criminal de Cesare Lombroso (1835-1909), uma das vertentes do determinismo racial que afirmava ser “possível descobrir o criminoso antes que cometesse o crime, a partir da certeza de “que as proporções do corpo eram o espelho da alma [...] assim, só restava às travestis negras um lugar periférico, da pobreza e da depravação.

Segundo Passos (2022), durante as décadas de 1970 e 1980, em meio à ditadura autoritária militar que se instalou no país, as travestis e mulheres transexuais foram perseguidas, arbitrariamente presas, muitas assassinadas, com o intuito de promover uma higienização social, à medida que o estigma de que essas pessoas seriam perigosas, violentas e que deveriam ser eliminadas das ruas, aumentava. Esse período configura-se como uma influência importante para conscientização das travestis, dando início ao processo de ressignificação desta identidade.

Com os mesmos métodos utilizados pelos jornais do final do século XIX, Passos (2022, p. 56) identifica que:

Esse tipo de ação foi apoiado pela mídia paulistana à medida que a estigmatização como “perigosas” estampou capas de jornais, como foi o caso da matéria de O Estado de S. Paulo, com o título “PERIGO! A invasão dos travestis”, publicada em uma das edições especiais de sexta e sábado, em março de 1980.

As lutas coletivas de ONGS e coletivos organizados despertavam outro olhar para as travestis, que começam a perceber a forma como estão inseridas no contexto de sociabilidade. A redemocratização, a epidemia da AIDS⁸ e a reorganização das pautas dos coletivos organizados serviram de estopim para que as travestis percebessem que o contexto social não era favorável para a aquisição de direitos ditos democráticos, visto que ainda sofriam com a violência policial. Mas, todo esse contexto de violência e exclusão social possibilitou que as travestis criassem estratégias de resistência (ODARA, 2020).

Passos (2022) expõe que, em São Paulo, um grupo de trabalhadoras sexuais, frente à violência policial, articulou um grande ato de contestação, ao mesmo tempo que, em Vitória, as trabalhadoras sexuais desenvolviam um senso de responsabilidade social e política a partir da própria realidade, tendo como figura central a travesti Jovanna Cardoso da Silva, apelidada de Jovanna Baby, uma das precursoras do movimento. Com a participação de mulheres cisgênero, fundou-se a Associação Damas da Noite, formada por trabalhadoras sexuais de Vitória, que tinha como intuito “propiciar a estas mulheres cis e travestis a aprendizagem sobre ações coletivas e atuação político-institucional” (PASSOS, 2022, p. 58).

Mesmo com a promulgação da Constituição Federal de 1988, chamada de Constituição cidadã, que marca o início de um Estado democrático, a violência do Estado contra as travestis não cessou, o que configura o autoritarismo para além de um regime de governo (PASSOS, 2022).

O principal marco histórico que propiciou a fundação da primeira associação voltada primordialmente para as pautas travestis, a ASTRAL⁹, aconteceu no Rio de Janeiro em 1992. A Prefeitura do Rio determinou que a guarda municipal fizesse o recolhimento de travestis nos pontos de prostituição, utilizando a força ou prendendo-as. A partir deste episódio houve uma reunião de articulação para enfrentar esta barbárie, que culminou na fundação do movimento no dia 15 de maio de 1992, às 14h30, com a presença da mídia (ODARA, 2020).

⁸ AIDS – É uma sigla originada do inglês, que significa Síndrome da Imunodeficiência Adquirida, provocada pelo vírus HIV.

⁹ ASTRAL – Associação de Travesti e Liberados, o termo Liberados seria para complementar transformistas que se montavam para se prostituir.

No ano seguinte aconteceu o Primeiro Encontro Nacional de Travestis e Liberados, ENTLAIDS, na prevenção contra AIDS, contando com vários representantes de grupos LGBT organizados. Após este encontro, o movimento de travestis começou a avançar no cenário político, cultural e social no Brasil (ODARA, 2020).

A experiência do I encontro impulsionou outras travestis a também se organizarem em movimentos ou ONGS em seu respectivo estado. Algumas organizações decorrentes foram: o Grupo Esperança, em Curitiba, 1994; a Associação das Travestis de Salvador (ATRAS), 1995; o grupo Filadélfia, em Santos, 1995; o grupo Igualdade, Porto Alegre, 1999; e a Associação das Travestis na Luta pela Cidadania (Unidas), Aracajú, 1999 (PASSOS, 2022, p. 66).

Entre os anos de 1993 e 1996, surge a Rede Nacional de Travesti – RENATA, e a Rede Nacional de Travestis e Liberados – RENTRAL. No ano 2000 nasce a ANTRA – Articulação Nacional de Transgêneros, fruto do intenso debate acerca de nomenclaturas que pudessem valorizar o movimento. Adotou-se o termo transgênero, que dava conta das identidades e era considerado mais aceitável que o termo travesti, por conta do estigma que carrega. Porém, hoje em dia é chamada de Associação Nacional de Travestis e Transexuais (SALLES, 2018 apud ODARA, 2020, p. 68).

Os vários encontros ENTLAIDS representaram para as travestis a possibilidade de entoar de forma pública suas reivindicações; a partir de 1994, o encontro se consolida como espaço “de construção democrática, pois, através dele as travestis discutiram as questões teórico-práticas que fundamentam suas incidências político-institucionais” (PASSOS, 2022, p. 67).

No interior do movimento de travestis, cabe salientar também para o papel das construções simbólicas higienistas presentes nos projetos de conquista de respeitabilidade social. Isso se mostrou especialmente à medida que mulheres trans (transgêneras ou transexuais) surgiram nos ENTLAIDS. Ainda na década de 1990, o movimento de travestis teve seu primeiro encontro com mulheres trans oriundas de outros contextos geológicos [...] ativistas internacionais afirmaram que outras identidades deveriam ser adotadas em detrimento da identidade travesti, afirmada até aquele momento no Brasil. Houve pressão para que as categorias identitárias gestadas em outros contextos fossem utilizadas, pressão característica à tentativa, já conhecida, de apoucar as ricas contribuições realizadas por latino-americanas/os (PASSOS, 2022, p. 70-71).

Segundo Passos (2022, p. 72), sobre esta questão a ativista Indianarae Siqueira reflete:

Internacionalmente a palavra usada é transexuais. Travesti não é uma palavra muito usada. Então a gente quis colocar nesta época, mas por uma questão de cultura... foi muito discutido que não... que não se identificavam com a palavra [...] quando Indianarae diz que as travestis não se identificavam com a palavra transexual, evidenciamos a singularidade de existências.

Odara (2020, p. 69) sinaliza que “somente no início do ano 2000 que começa a debater as outras possíveis identidades de gênero dissidentes, com isso o termo transexualidade é incorporado no movimento de travestis”.

A construção de um projeto político foi essencial para fazer frente às constantes tentativas de desumanização a que as travestis são submetidas [...] a oposição que as travestis fazem à forma como vêm sendo descritas e categorizadas no Brasil tem se mostrado cada vez mais fundamental [...] por isso, uma das lutas mais importantes para o Movimento de Travestis e Mulheres Transexuais é redefinir ou refundar a maneira como são representadas e compreendidas socialmente (PASSOS, 2022, p. 73).

Atualmente, o Movimento de Pessoas Transexuais e Travestis engloba as identidades de travestis, mulheres e homens transexuais e demais possibilidades de vivência de gênero para além das normas binárias; é conhecido popularmente como movimento trans (ODARA,2020).

Algumas ativistas como Indianarae Siqueira e a deputada federal Hérika Hilton adotaram o termo transvestigênera, que une em uma única palavra travesti, transexual e transgênero. Hilton, em entrevista ao Portal UOL em 2021, diz que criar¹⁰ essa expressão foi necessário porque as palavras travesti e transexual são carregadas de estereótipos; são termos colonizadores, nomes escolhidos por pessoas cis para descrever nossos corpos e torná-los abjetos. Além disso, é uma forma mais abrangente de se referir a identidades que não correspondem a pessoas cis: quando cunhamos transvestigênera, além de ser uma nomenclatura de nós, trans, para nós mesmas, estamos incluindo todas as pessoas que não são cis — travestis, mulheres trans, homens trans, não binários etc.

A formação do Movimento de Travestis possibilitou uma união coletiva em prol da luta contra as opressões, garantia de direitos e ressignificação da identidade travesti que nasce de maneira pejorativa na tentativa de nos patologizar e delimitar os espaços que devêssemos transitar, mas que se transforma em símbolo de luta política, revolucionária e de (R)existência, ou seja, no Orgulho de ser travesti!

5 Considerações finais

Ao finalizar as reflexões deste artigo, é possível reafirmar que as travestilidades e transexualidades são filhas do mesmo pai, o colonizador. Termos criados para identificar,

¹⁰ Trecho da entrevista concedida pela Deputada Herika Hilton a Universa Uol. 2021. Disponível em: <https://www.uol.com.br/universa/noticias/redacao/2021/04/05/por-que-mulheres-trans-preferem-se-apresentar-como-travestis.htm> Acesso em: 11 mar. 2023.

categorizar, estereotipar, fetichizar, marginalizar, criminalizar, violentar, controlar, patologizar corpos que transgredem a lógica ocidental tradicional de gênero, que funciona com a divisão binária homem e mulher, impondo o padrão cis-hetero-branco de ser.

O controle sobre nossos corpos não começou no século XX, com a criação das terminologias que separam as identidades através da marginalização e higienização, mas está presente desde o final do século XVI, fruto de uma necropolítica que visa controlar quem deve viver ou morrer, negando a condição humana destes corpos. Hoje, esta violência só está sendo nominada para ser validada.

A construção da identidade social travesti acontece em um contexto permeado por diversas opressões em torno da raça, identidade de gênero, classe social, localização geográfica dessa população, fortalecendo no imaginário cultural latino-americano a ideia de que estes corpos são abjetos e merecem ser marginalizados.

Vale reafirmar que “a trajetória percorrida pelas travestis brasileiras reivindica um lugar de enunciação próprio” (PASSOS, 2022, p. 72), o contexto social no qual estão inseridas, os anos de ausência de cidadania, de perseguições e violências, que se intensificaram no período do regime autoritário militar. Isso permitiu que as travestis se organizassem coletivamente, visando a construção de um projeto político, dotado de estratégias de resistência, para lutar por cidadania, políticas públicas, efetivação dos direitos sociais, políticas afirmativas contra as opressões, fortalecendo o processo de ressignificação dessa identidade.

Por fim, assumir a identidade travesti, é ter orgulho de ser quem é, mostrar que existem inúmeras possibilidades de sermos e estarmos no mundo, é ocupar os espaços, tirar o domínio da cisgeneridade dos nossos corpos. Ser travesti é ser símbolo de força, de luta política, revolução e (R)existência.

Eu travesti, tu travesti, nós Travestis!

Referências

- BAGAGLI, Beatriz Pagliarini. A diferença trans no gênero para além da patologização. **Revista Periódicus**, Salvador, n. 5, v. 1, p. 87-100, 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistaperiodicus/article/view/17178>. Acesso em: 10 mar. 2023.
- BENEVIDES, Bruna G. **Dossiê**: assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2022. Brasília, DF: ANTRA, 2023. Disponível em: <https://antrabrasil.files.wordpress.com/2023/01/dossieantra2023.pdf>. Acesso em: 6 mar. 2023.

BOTTON, Viviane Bagiotto. Muxes: gênero e subjetivação, entre a tradição e as novidades. **Ecopolítica**, Perdizes, n. 17, p. 19-32, jan./abr. 2017.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

JESUS, Jaqueline Gomes. **Orientações sobre identidade de gênero**: conceitos e termos. Guia técnico sobre pessoas transexuais, travestis e demais transgêneros, para formadores de opinião. 2. ed. Brasília, DF, 2012. Disponível em: <https://www.diversidadessexual.com.br/wp-content/uploads/2013/04/G%C3%8ANERO-CONCEITOS-E-TERMOS.pdf>. Acesso em: 8 mar. 2023.

JESUS, Jaqueline Gomes. Notas sobre as travessias da população trans na história. **Revista Cult**, São Paulo, n. 235, p. 16-21, 2018. Disponível em: <https://revistacult.uol.com.br/home/uma-nova-pauta-politica/>. Acesso em: 6 mar. 2023.

JESUS, Jaqueline Gomes. Xica Manicongo: a transgeneridade toma a palavra. **Revista Docência e Cibercultura**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 1, p. 250-260, 2019. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/re-doc/index>. Acesso em: 6 mar. 2023.

JONES, Peter. **O deus do sexo**. 1. ed. São Paulo: Cultura Cristã, 2007.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos da metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MARX, Lana. Travesti ou Transexual? Qual a diferença? **Transfeminismo**, [s. l.], 21 jun. 2016. Disponível em: <https://transfeminismo.com/travesti-ou-transexual-qual-a-diferenca/>. Acesso em: 6 mar. 2023.

ODARA, Thiffany. **Pedagogia da desobediência**: Travestilizando a educação. 1. ed. Salvador: Devires, 2020.

OLIVEIRA, Francine N. A. Gênero, cultura e o dispositivo da transexualidade: a formação da identidade travesti no Brasil. **Darandina**, Juiz de Fora, v. 10, n. 1, 2017. DOI 10.34019/1983-8379.2017.v10.28254

OLIVEIRA, Megg Rayara Gomes de. **Nem ao centro nem à margem**: corpos que escapam às normas de raça e gênero. 1. ed. Salvador: Devires, 2020.

OYËWUMÍ, Oyèrónké. Conceituando o gênero: os fundamentos eurocêtricos dos conceitos feministas e o desafio das epistemologias africanas. **Codesria Gender Series**, Dakar, v. 1, p. 1-10, 2004. Disponível em: https://filosofia-africana.weebly.com/uploads/1/3/2/1/13213792/oy%C3%A8r%C3%B3nk%C3%A9_oy%C4%9Bw%C3%B9m%C3%AD_-_conceitualizando_o_g%C3%AAnero._os_fundamentos_euroc%C3%AAntrico_dos_conceitos_feministas_e_o_desafio_das_epistemologias_africanas.pdf. Acesso em: 7 mar. 2023.

PASSOS, Maria Clara A. A transfobia é um vício branco. **Blogueiras negras**, 31 jan. 2018. Disponível em: <https://blogueirasnegras.org/transfobia-e-um-vicio-branco/>. Acesso em: 8 mar. 2023.

PASSOS, Maria Clara A. **Pedagogias das travestilidades**. 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2022.

SANTOS, Jocélio Teles dos. “Incorrigíveis, afeminados, desenfreados”: Indumentária e travestismo na Bahia do século XIX. **Revista de Antropologia**, São Paulo, v. 40, n. 2, p. 142-182, 1997. DOI <https://doi.org/10.1590/S0034-77011997000200005>

STELLMANN, Renata. **A masculinidade na clínica**. 2007. Dissertação (Mestrado em Psicologia) — Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/colecao.php?strSecao=resultado&nrSeq=9704@1>. Acesso em: 10 mar. 2023.